

**Cópia:**

Do Acórdão proferido nos autos de Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade n.º 1/2022, requerida por um grupo de 15 Deputados à Assembleia Nacional, tendo por objeto a Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional n.º 03/X/2021, publicada no B.O n.º114, II Série, de 19 de julho.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 26/2023

(Incidente Pós Decisório nos Autos de Fiscalização Abstrata Sucessiva da constitucionalidade e legalidade n.º 1/ 2022, tendo como objeto a Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Nacional n.º 3/X/ 2022)

I. Relatório

1. O Senhor Deputado da UCID António Delgado Monteiro, apresentando-se como representante do quórum de 15 Deputados requerente do pedido de Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade n.º 1/TC/ 2022 relativa à Resolução n.º 3/X/2022 da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, veio no dia 7 de março de 2023 suscitar um incidente pós-decisório de nulidade e aclaração junto do Tribunal Constitucional, tendo como objeto o Acórdão desta Corte Constitucional n.º 17/2023. Segundo o Senhor Deputado, os 15 Deputados entendem que o referido Acórdão do TC n.º 17/2023 «*padece de várias nulidades/invalidades, por inconstitucionalidades (sic!) e por suscitar dúvidas e obscuridade sobre o alcance da decisão do veredito*». Por isso, vêm ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 575.º do Código do Processo Civil, «...rogar ao Tribunal Constitucional que:

a) *Suprima a invalidade do Acórdão em questão, por ser manifesta a **violação da garantia Constitucional de Imunidade Parlamentar** consagrada no N.º 1 do Artigo 124.º, e N.ºs 2 e 5 do Artigo 17.º, todos da CRCV.*

b) *Suprima a nulidade do Acórdão em análise, por ser manifesta a violação da alínea c) do nº 1 do artigo 577.º do Código de Processo Civil, que fulmina com a nulidade quando a decisão esteja em oposição aos fundamentos do próprio Acórdão.*

c) *Esclareça e aclare a dúvida e a obscuridade resultante da decisão, posto que, se fica sem compreender se de agora em diante os Deputados ficam obrigados a cumprir o que está expressamente a constar da Constituição ou se vão ficar obrigados a respeitar supostos usos e costumes que ninguém conhece previamente.*

2. Após uma vasta dissertação em que aborda, designadamente, uma pretensa «contradição insanável entre a fundamentação e a decisão», e alegadas obscuridades e ambiguidades, o Ilustre Deputado apresenta o que designa como «conclusões e pedidos»:

«Conclusões:

42. *Por todo o exposto, o grupo de 15 Deputados, que o signatário representa, roga ao Tribunal constitucional que aprecie, pronuncie e decida sobre as seguintes questões:*

A. *Ficou subtendido que o Tribunal Constitucional considera que, ao longo dos últimos 20 anos, já se formou no seio da Assembleia Nacional o Costume de ser a Comissão Permanente a autorizar a Detenção fora do flagrante delito de Deputados em exercícios de funções, sem que antes se tenha suspenso o respetivo mandato, - o que não corresponde a realidade, visto que nunca, em tempo algum, foi solicitada autorização de Detenção fora do Flagrante Delito de nenhum Deputado, com ou sem mandato suspenso;*

B. *Será que se pode conceder o mesmo tratamento jurídico (i) o simples pedido de autorização para um Deputado ir prestar depoimento como testemunha, jurado, declarante ou arguido, (ii) o pedido de detenção ou prisão de um Deputado, o que trás (sic!) no seu bojo a compressão da Garantia Constitucional de Imunidade e*

Inviolabilidade Parlamentar, bem como a compressão e a restrição do Direito Fundamental do Deputado à Liberdade sobre o Corpo e sobre a livre expressão?

C. Será que o Tribunal Constitucional considera ou não as Imunidades e Inviolabilidades Parlamentares como sendo Garantias Constitucionais ou não, portanto, que não podem ser comprimidas, restringidas ou derogadas, nem por lei expressa, quando mais por supostos COSTUMES, sob pena da violação do n.º 5 do artigo 17.º CRCV;

D. Na hipótese meramente académica de se ter formado um suposto costume contra a Constituição, como é que um jovem Deputado se seja eleito recentemente (sic!) consegue tomar conhecimento desse “COSTUME” e como é que ficará sabendo que o que é mesmo válido é o costume e não o que está expressamente estatuído na letra dos ditames constitucionais;

E. Será que daqui para frente, caso Sua Excelência o Sr. Procurador-Geral vier a solicitar a Detenção Fora de Flagrante Delito de algum Deputado ou de meia dúzia de Deputados, pode a autorização ser concedida somente pela Comissão Permanente em que Têm assento somente 9 Deputados, sem que se dê conhecimento prévio aos demais 63 Deputados completam (sic!) a Plenária da Assembleia Nacional?

F. Excluindo esse pedido de autorização para se deter o Deputado Amadeu Oliveira, será que o Tribunal Constitucional consegue indicar mais quatro casos semelhantes, com referência aos últimos 10 anos?

Dos Pedidos

43. A única forma de suprir tais nulidades/invalidades é o Tribunal Constitucional revogar o Acórdão n.º 17/TC/2023 e substituí-lo por outro acórdão que:

I. A (In)competência da Comissão Permanente da Assembleia Nacional para autorizar a PGR a Deter o Deputado Amadeu Oliveira, fora do quadro temporal e circunstâncias estatuído no n.º 1 do Artigo 148º da CRCV, posto que a 12 de julho

de 2021, a Assembleia Nacional não se encontrava suspensa nem interrompida entre duas sessões diferentes dentro da mesma legislatura.

II. A (In)competência da Comissão Permanente da Assembleia Nacional para deliberar e conceder autorização para a Procuradoria Geral da República deter qualquer Deputado, no caso concreto, o Deputado Amadeu Oliveira, em face ao disposto nos nº 2 e 3 do Artigo 11º do Estatuto dos Deputados que, especifica a particularidade de que, no caso de ser movido procedimento criminal contra um Deputado, a suspensão do mandato para efeitos de prosseguimento do dito processo crime, é da competência da Plenária que decidirá por Resolução aprovada por Maioria Absoluta dos Deputados em efectividade de Funções e por escrutínio secreto, nos termos do N.º 2 e 3 do Artigo 11.º do Estatuto dos Deputados e do Regimento.

III. Declarando, finalmente, a invalidade, por inconstitucionalidade da Resolução N.º 03/X/2021 da Comissão Permanente que autorizou a Detenção Fora de Flagrante Delito do Deputado Amadeu Oliveira.

II. Fundamentação

1. Acontece, porém, que a peça, de 15 páginas, apresentada ao Tribunal Constitucional só traz a assinatura do Senhor Deputado, António Monteiro, não sendo subscrita por nenhum dos demais integrantes do quórum requerente, que é composto por 15 Deputados, de harmonia com o disposto no artigo 280º da Constituição da República.

2. Por outro lado, é facto público e notório (nº 2 do artigo 472º do CPC) , que na Assembleia Nacional, pelo menos um dos subscritores do requerimento de fiscalização abstrata sucessiva da Constitucionalidade da referida Resolução da Comissão Permanente, o Senhor Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do PAICV se distanciou da declaração política apresentada pela UCID sobre o Acórdão do Tribunal Constitucional (TC), relativo à autorização para a detenção do Deputado Amadeu Oliveira, tendo ido na mesma direção o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do MpD. Com efeito, no debate parlamentar do dia 10 de março de 2023 o Sr. Deputado

e Líder Parlamentar do maior partido da Oposição, Dr. João Baptista Pereira, disse o seguinte : «Entendemos que não cabe ao Parlamento nem ao Governo escrutinar o mérito das decisões judiciais, não é este o nosso papel, nesta ótica Senhor Presidente, *nós queremos dizer que a decisão do Tribunal Constitucional veio pacificar as dúvidas que nós tínhamos, e neste aspeto temos um acórdão e devemos respeitar as decisões dos Tribunais que devem ter meios materiais, financeiros e humanos para administrar a justiça e proteger os cabo-verdianos na sua globalidade.*» Por seu turno, o Líder do Partido que sustenta o Governo, Dr. Paulo Veiga, afirmou o seguinte: «...Aqui para frisar que a posição do Grupo parlamentar do MPD é clara: **existiam dúvidas e quem de direito que é aqui o Tribunal Constitucional dissipou essas dúvidas e para nós este assunto está encerrado.** Agora sobre a reforma ou a revisão da Constituição terá que ser uma iniciativa dos Deputados e poderemos sempre fazê-lo. Agora existia uma dúvida e essa dúvida foi **claramente dissipada**, dizendo que a Comissão Permanente agiu dentro da legalidade.»

III. Decisão

Assim, com vista a analisar os pressupostos de admissibilidade do presente incidente pós-decisório, o Tribunal determina o seguinte:

- a) Que seja notificado o Senhor Deputado António Monteiro para esclarecer e, eventualmente, regularizar a situação uma vez que o texto do incidente não contempla a assinatura de 14 integrantes do «quórum requerente», que é de 15;
- b) Considerando que o Senhor Deputado António Monteiro afirma que apresentou ao Tribunal Constitucional o incidente pós-decisório em representação de 15 Deputados requerentes do pedido de fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade nº 1/TC/2022 referente à Resolução nº 3/X/2021, da Comissão Permanente da Assembleia Nacional, publicada no B.O. nº 114, II Série, de 19 de junho, que sejam notificados os outros 14 Deputados subscritores do referido requerimento para informarem a este Tribunal se consentiram que o requerente apresentasse o incidente pós-decisório em nome deles.

c) O prazo para responder ao Tribunal Constitucional é de cinco dias, contados nos termos do artigo 61º da Lei nº 56/VI/2005, de 28 de fevereiro.

Registe, notifique e publique.

Praia, 15 de março de 2023

Os Juízes Conselheiros

Aristides R. Lima (Relator)

João Pinto Semedo

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 15 de março de 2023.

O Secretário,

João Borges